

DE ACORDO COM O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

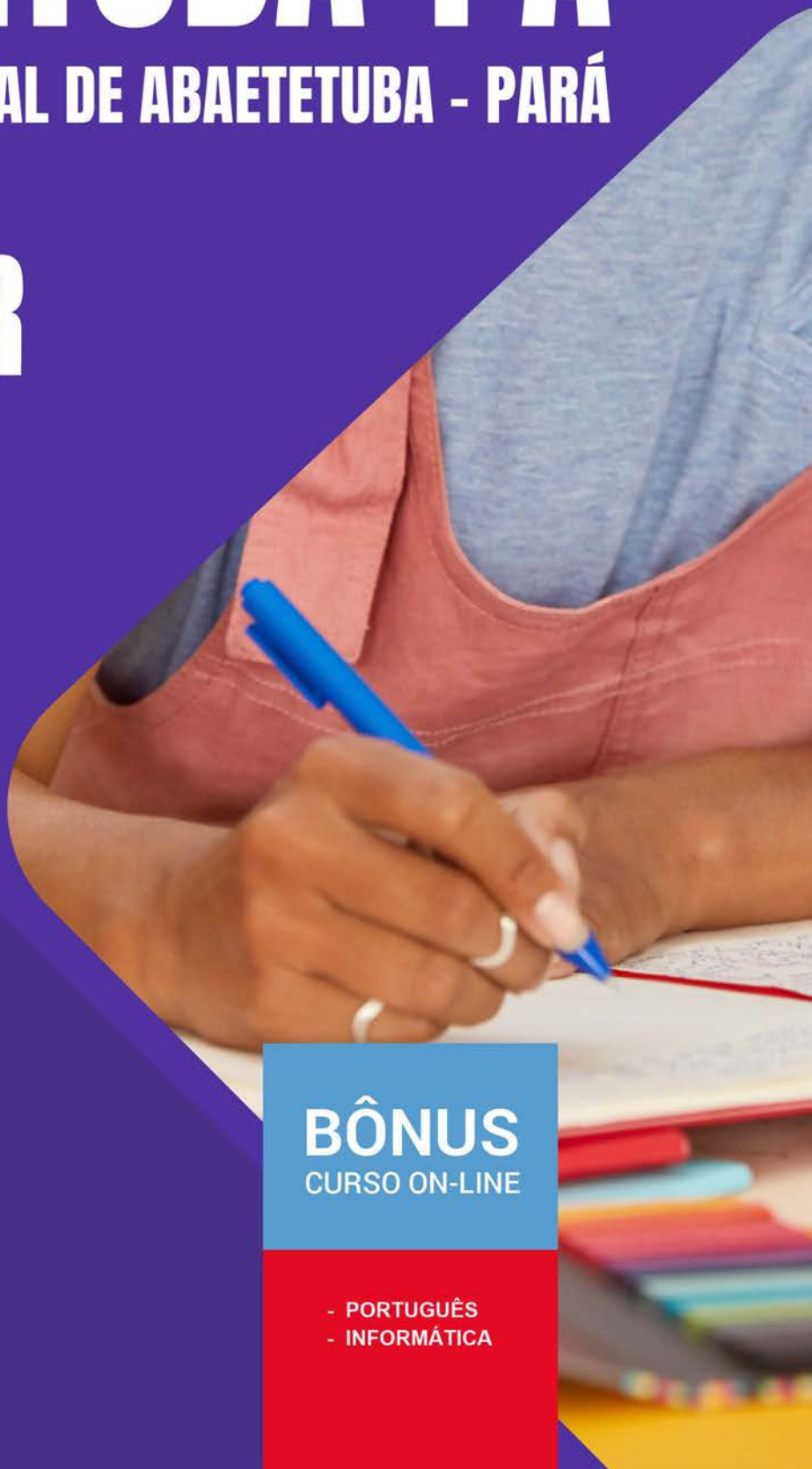


ABAETETUBA-PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA - PARÁ

EDUCADOR SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática básica
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





ABAETETUBA - PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA - PARÁ

EDUCADOR SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

**CÓD: OP-023AG-26
7901183005239**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Compreensão de texto	7
2. Ortografia Oficial.....	8
3. Acentuação Gráfica	8
4. Emprego de letras e divisão silábica	10
5. Pontuação	12
6. Classes e emprego de palavras; Morfologia	13
7. Vozes do Verbo; Emprego de tempo e modo verbais	21
8. Sintaxe; Análise Sintática: coordenação e subordinação	23
9. Concordância Nominal e Verbal.....	28
10. Significado das palavras: sinônimos, antônimos.....	30
11. Crase	31
12. Regência Nominal e Verbal	31
13. Morfologia e Sintaxe	32

Informática básica

1. Conceito de Internet e intranet	41
2. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/intranet; Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa, de redes sociais e ferramentas colaborativas	43
3. Noções de sistema operacional (ambiente Windows).....	51
4. Identificação e manipulação de arquivos.....	53
5. Backup de arquivos	56
6. Conceitos básicos de hardware (placa-mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento (HDs, CDs e DVDs)	57
7. Periféricos de computadores	57
8. Noções básicas de editores de texto e planilhas eletrônicas (Microsoft Word, Microsoft Excel, LibreOffice Writer e LibreOffice Calc).....	58

Conhecimentos Específicos Educador Social

1. Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Legislação correspondente	89
2. Lei Federal 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente	92
3. Lei Federal nº 10.741/2003 — Estatuto da Pessoa Idosa.....	133
4. Lei Federal nº 8.742/1993 — Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	144
5. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)	155
6. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)	160
7. Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB/RH)	160
8. Orientações Técnicas do CRAS — Centro de Referência de Assistência Social	178
9. Orientações Técnicas do CREAS — Centro de Referência Especializado de Assistência Social	178

ÍNDICE

10. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária	178
11. Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	179
12. Serviços de Assistência Social, conforme tipificação nacional de serviços socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009)	181
13. Reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – Resolução CNAS nº 01/2013.....	181
14. Orientações técnicas do serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos para pessoas idosas	184
15. Postura ética do educador social	187
16. Programação e desenvolvimento de atividades lúdicas, recreativas, culturais e pedagógicas.....	190
17. Ludicidade, lazer, brincadeira, brinquedos e jogos	192
18. Ações e Programas relacionados à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura e ao convívio social	197
19. Crescimento e desenvolvimento humano (da infância à senescência).....	199
20. Relacionamento interpessoal	202
21. Ética profissional	205

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere a “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

AMOSTRA

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

ORTOGRAFIA OFICIAL

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste texto serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

► **Alfabeto**

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios** e **abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

► **Uso do “X”**

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

► **Uso do “S” ou “Z”**

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

► **Uso do “S”, “SS”, “Ç”**

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

► **Parônimos e homônimos**

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex.:

*Cumprimento (saudação) X comprimento (extensão);
Tráfego (trânsito) X tráfico (comércio ilegal).*

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes.

Ex.:

*Rio (verbo “rir”) X rio (curso d’água);
Manga (blusX manga (fruta).*

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

A acentuação gráfica consiste no emprego do acento nas palavras grafadas com a finalidade de estabelecer, com base nas regras da língua, a intensidade e/ou a sonoridade das palavras. Isso quer dizer que os acentos gráficos servem para indicar a sílaba tônica de uma palavra ou a pronúncia de uma vogal. De acordo com as regras gramaticais vigentes, são quatro os acentos existentes na língua portuguesa:

- **Acento agudo:** indica que a sílaba tônica da palavra tem som aberto.

Ex.: *área, relógio, pássaro.*

- **Acento circunflexo:** empregado acima das vogais “a” e “o” para indicar sílaba tônica em vogal fechada.

Ex.: *acadêmico, âncora, avô.*

- **Acento grave/crase:** indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”.

Ex.: *“Chegamos à casa”. Esse acento não indica sílaba tônica!*



INFORMÁTICA BÁSICA

CONCEITO DE INTERNET E INTRANET

Internet, intranet, extranet e portal são ambientes digitais utilizados para disponibilizar informações, sistemas, serviços e canais de comunicação. Embora possam empregar tecnologias semelhantes, como redes, servidores, navegadores, protocolos web e mecanismos de autenticação, diferenciam-se principalmente pelo público atendido, pelo nível de restrição de acesso e pela finalidade administrativa.

A Internet é um ambiente público e global, acessível por usuários externos à organização. A intranet é um ambiente interno, voltado aos colaboradores e setores da instituição. A extranet amplia parte do ambiente interno para públicos autorizados, como fornecedores, parceiros, clientes ou órgãos externos. O portal, por sua vez, funciona como ponto central de acesso a informações, aplicações e serviços, podendo existir na Internet, na intranet ou na extranet.

► Finalidades administrativas

Uso organizacional dos ambientes

Na Administração Geral, esses ambientes apoiam comunicação, transparência, integração de processos, atendimento ao público, gestão documental, automação de rotinas e compartilhamento de dados. Eles permitem que informações circulem de modo mais organizado, reduzem dependência de procedimentos manuais e ampliam a disponibilidade de serviços.

Para compreender a função de cada ambiente, é útil observar sua finalidade principal:

- **Internet:** divulgar informações públicas, oferecer serviços digitais externos e permitir comunicação ampla com a sociedade.
- **Intranet:** centralizar informações internas, normas, documentos, sistemas e comunicados destinados aos colaboradores.
- **Extranet:** permitir acesso controlado de usuários externos autorizados a serviços ou informações específicas.
- **Portal:** reunir, organizar e integrar conteúdos, sistemas e funcionalidades em uma interface centralizada.

Essas distinções ajudam a definir políticas de acesso, segurança, disponibilidade e governança. Um conteúdo público pode estar na Internet; um procedimento interno deve ficar na intranet; uma consulta restrita a fornecedores pode estar na extranet; e diferentes serviços podem ser reunidos em um portal.

► Características físicas e lógicas

Infraestrutura e organização do acesso

As características físicas envolvem equipamentos, servidores, computadores, dispositivos móveis, enlaces de comunicação, roteadores, firewalls e infraestrutura de rede. Já as características lógicas envolvem endereçamento, autenticação, permissões, protocolos, domínios, aplicações, regras de acesso e organização dos serviços.

Assim, a diferença entre esses ambientes não está apenas na tecnologia usada, mas na forma como o acesso é controlado, no público atendido e na finalidade institucional de cada solução.

INTERNET: CARACTERÍSTICAS, APLICAÇÕES E SERVIÇOS

► Conceito e finalidade da Internet

Ambiente público e global

A Internet é uma rede mundial formada pela interligação de inúmeras redes públicas, privadas, acadêmicas, governamentais e corporativas. Sua principal finalidade é permitir comunicação, troca de dados, acesso a informações e oferta de serviços digitais em escala global. No contexto da Administração Geral, a Internet possibilita relacionamento com cidadãos, clientes, fornecedores, parceiros e demais públicos externos, funcionando como meio de divulgação institucional, prestação de serviços, atendimento remoto e integração com plataformas digitais.

Por ser um ambiente aberto, a Internet exige atenção especial à segurança, à confiabilidade das informações publicadas e à disponibilidade dos serviços. Um site institucional, por exemplo, representa publicamente a organização; por isso, deve ser atualizado, acessível, seguro e coerente com seus objetivos administrativos.

► Características físicas e lógicas

Infraestrutura e funcionamento

As características físicas da Internet envolvem cabos, fibras ópticas, redes sem fio, satélites, roteadores, data centers, servidores, provedores de acesso e dispositivos utilizados pelos usuários. Essa infraestrutura permite que computadores, celulares, tablets e sistemas se comuniquem em diferentes localidades.

As características lógicas correspondem aos elementos que organizam essa comunicação. Entre eles estão o endereçamento IP, os nomes de domínio, o DNS, os protocolos de comunicação, os navegadores, as URLs e os serviços hospedados em servidores. Esses recursos permitem que o usuário digite um endereço compreensível, acesse uma página, envie dados, receba respostas e utilize aplicações remotas.



AMOSTRA

► Aplicações e serviços

Uso administrativo da Internet

A Internet reúne diversos serviços que apoiam atividades administrativas, comerciais, educacionais e governamentais. A tabela a seguir organiza alguns exemplos relevantes:

Serviço	Aplicação administrativa
Web	Sites, portais, consultas e sistemas online
E-mail	Comunicação formal e troca de documentos
Nuvem	Armazenamento, colaboração e acesso remoto
Videoconferência	Reuniões, treinamentos e atendimentos virtuais
APIs públicas	Integração entre sistemas e bases externas

Esses serviços ampliam a capacidade de atendimento e comunicação das organizações. Entretanto, seu uso deve ser acompanhado por políticas de segurança, controle de acesso, proteção de dados, gestão de conteúdo e monitoramento de disponibilidade.

INTRANET E EXTRANET: AMBIENTES INTERNOS E COMPARTILHADOS

► Intranet e comunicação interna

Ambiente restrito à organização

A intranet é um ambiente digital privado, voltado ao público interno de uma organização. Seu acesso normalmente é restrito a colaboradores, gestores, setores administrativos e unidades institucionais autorizadas. Embora utilize tecnologias semelhantes às da Internet, como navegadores, servidores web, protocolos e páginas internas, sua finalidade é apoiar a comunicação interna, a gestão de informações e a execução de processos corporativos.

Em uma intranet, podem ser disponibilizados comunicados, normas, manuais, formulários, sistemas administrativos, organogramas, calendários, documentos institucionais e fluxos de trabalho. Seu principal valor está em centralizar informações confiáveis e reduzir a dispersão de conteúdos em e-mails, arquivos locais ou canais informais.

► Extranet e relacionamento externo controlado

Acesso para usuários autorizados

A extranet é um ambiente que permite o acesso controlado de públicos externos a determinados recursos da organização. Ela pode atender fornecedores, parceiros, clientes, prestadores de serviço, órgãos conveniados ou unidades externas. Diferentemente da Internet pública, a extranet exige autenticação e normalmente limita o usuário a funcionalidades específicas.

Esse ambiente é útil quando a organização precisa compartilhar informações ou serviços sem tornar tudo público. Por exemplo, fornecedores podem consultar pedidos, parceiros podem enviar documentos, clientes podem acompanhar solicitações e unidades descentralizadas podem acessar sistemas integrados.

► Comparação entre intranet e extranet

Finalidade, público e segurança

A diferença central entre intranet e extranet está no público de acesso. A intranet é interna; a extranet envolve usuários externos autorizados. Essa distinção afeta diretamente a política de segurança, os perfis de permissão, os controles de autenticação e os riscos envolvidos.

A tabela a seguir sintetiza essas diferenças:

Ambiente	Público principal	Finalidade
Intranet	Colaboradores e setores internos	Comunicação interna, documentos, normas e sistemas corporativos
Extranet	Usuários externos autorizados	Integração com parceiros, fornecedores, clientes ou órgãos externos

Ambos os ambientes exigem controle rigoroso de acesso. A intranet deve proteger informações internas contra uso indevido, enquanto a extranet exige cuidado adicional, pois amplia parte do ambiente organizacional para usuários que não pertencem diretamente à instituição.

PORTAIS CORPORATIVOS E INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES E SERVIÇOS

► Conceito e finalidade de portal

Ponto central de acesso

Um portal é um ambiente digital que reúne, organiza e integra informações, sistemas, serviços e funcionalidades em uma interface centralizada. Diferentemente de um site simples, que normalmente apresenta conteúdos informativos, o portal tende a oferecer acesso estruturado a aplicações, consultas, formulários, painéis, documentos e serviços personalizados conforme o perfil do usuário.

Na Administração Geral, o portal funciona como porta de entrada para diferentes necessidades organizacionais. Ele pode atender ao público externo, aos colaboradores internos ou a usuários autorizados de uma extranet. Sua principal finalidade é reduzir dispersão, facilitar acesso, padronizar serviços e melhorar a experiência do usuário ao concentrar recursos em um único ambiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE

FUNDAMENTOS JURÍDICOS, NATUREZA E FINALIDADE DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

► Inserção do BPC na seguridade social brasileira

O Benefício de Prestação Continuada, conhecido pela sigla BPC, integra a política pública de assistência social e constitui garantia de proteção de renda a pessoas em situação de vulnerabilidade que preencham os requisitos legais. Sua base constitucional encontra-se no sistema da seguridade social, que reúne saúde, previdência social e assistência social. Diferentemente dos benefícios previdenciários, vinculados em regra à filiação e ao custeio do regime de previdência, o BPC possui natureza assistencial e independe de contribuições anteriores do beneficiário.

A Constituição Federal assegura um benefício mensal no valor de um salário mínimo à pessoa com deficiência e à pessoa idosa que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, conforme critérios estabelecidos em lei. A regulamentação central dessa garantia é realizada pela Lei nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, especialmente em seus dispositivos relativos ao Benefício de Prestação Continuada. O Decreto nº 6.214/2007 disciplina aspectos operacionais do benefício e deve ser interpretado em conjunto com as alterações legais posteriores.

A assistência social é prestada a quem dela necessitar. Esse princípio distingue o BPC de aposentadorias, pensões e outros benefícios contributivos. O fato de o Instituto Nacional do Seguro Social — INSS — participar da operacionalização não transforma o BPC em prestação previdenciária. A gestão insere-se na política de assistência social, enquanto o INSS executa procedimentos de reconhecimento, manutenção, revisão e pagamento do benefício.

► Características essenciais da prestação

O valor mensal corresponde a um salário mínimo. O BPC não possui natureza de aposentadoria e não exige tempo de contribuição, carência ou qualidade de segurado. Também não gera pagamento de décimo terceiro salário e, em razão de sua natureza personalíssima, não se converte em pensão por morte para dependentes.

Algumas características permitem delimitar juridicamente o benefício:

- **Prestação individual:** o direito pertence à pessoa que preenche os requisitos legais e não à família como unidade beneficiária.

- **Natureza assistencial:** a concessão decorre de necessidade social juridicamente reconhecida, e não de contribuição previdenciária.

- **Valor legalmente definido:** a renda mensal do benefício corresponde a um salário mínimo.

- **Caráter continuado:** enquanto persistirem os requisitos de manutenção, o benefício é pago mensalmente.

- **Intransferibilidade:** a morte do titular extingue o benefício, sem transmissão automática a familiares.

O BPC pode ser concedido a mais de um integrante da mesma família, desde que cada pessoa satisfaça individualmente os requisitos. A legislação também estabelece hipóteses em que determinados valores recebidos por outro membro familiar não são computados no cálculo da renda para a concessão de novo BPC. Entre elas, destaca-se a exclusão de outro BPC ou de benefício previdenciário de até um salário mínimo recebido por pessoa idosa com mais de 65 anos ou por pessoa com deficiência, quando analisado o direito de outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família.

Proteção social e dignidade

A função do BPC não se limita à transferência monetária. O benefício se relaciona à proteção da dignidade, da autonomia possível e da participação social da pessoa idosa ou da pessoa com deficiência em contexto de insuficiência econômica. A renda garantida busca assegurar condições materiais mínimas para necessidades básicas e para redução de situações de desproteção.

O recebimento do benefício não exclui o acesso a serviços socioassistenciais, de saúde, educação, habilitação, reabilitação ou convivência comunitária. A presença do BPC deve ser compreendida dentro de uma rede de proteção social, articulada às demais políticas públicas. Para a pessoa com deficiência, o desenvolvimento de capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a participação em atividades não remuneradas de habilitação ou reabilitação não constituem, por si, motivo para suspensão ou cessação do benefício.

REQUISITOS PESSOAIS, DEFICIÊNCIA E ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

► Pessoa idosa e pessoa com deficiência

A LOAS reconhece dois grupos de titulares potenciais do BPC. O primeiro é formado pela pessoa idosa com 65 anos ou mais. O segundo compreende a pessoa com deficiência, independentemente de idade, desde que a condição esteja enquadrada no conceito legal aplicável ao benefício.

Para fins de BPC, a deficiência não se reduz à existência de diagnóstico médico ou de alteração corporal isolada. Considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, possa obstruir sua

AMOSTRA

participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. O impedimento de longo prazo, para os fins legais do benefício, é aquele que produza efeitos pelo período mínimo estabelecido em lei.

Essa concepção aproxima a análise do modelo biopsicossocial. O exame do direito deve considerar não somente aspectos clínicos, mas também os efeitos concretos das barreiras existentes no ambiente, nas relações sociais e nas condições de vida. A avaliação da deficiência envolve avaliação médica e avaliação social, com observância dos procedimentos administrativos aplicáveis.

Avaliação e impedimento de longo prazo

A avaliação não se confunde com mera apresentação de laudo. Documentos médicos podem ser relevantes para demonstrar condições de saúde e impedimentos, mas o reconhecimento do direito depende da análise segundo os critérios legais. O impacto funcional e social da deficiência é decisivo para compreender se a interação entre impedimentos e barreiras restringe a participação da pessoa.

A legislação prevê avaliação para concessão do BPC à pessoa com deficiência e também disciplina revisões. Alterações recentes estabeleceram hipóteses de dispensa da avaliação médico-pericial periódica quando o impedimento for permanente, irreversível ou irrecuperável, ressalvadas situações em que exista suspeita fundamentada de fraude ou erro. A dispensa de nova perícia periódica nessas circunstâncias não elimina os demais controles relacionados à manutenção do benefício.

► Renda familiar e vulnerabilidade

O critério econômico possui papel central na concessão. A regra legal estabelece direito ao BPC para a pessoa idosa ou com deficiência cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo, observados os demais requisitos. A renda per capita resulta da consideração dos rendimentos legalmente computáveis dos integrantes do grupo familiar e da divisão pelo número de pessoas que integram esse grupo segundo o conceito específico da LOAS.

Para o BPC, o grupo familiar não corresponde automaticamente a todas as pessoas que possuem algum parentesco. A composição legal considera, desde que vivam sob o mesmo teto, o requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados.

A correta identificação do grupo familiar é indispensável porque altera tanto a soma dos rendimentos quanto o divisor utilizado no cálculo da renda por pessoa. A legislação também determina exclusões específicas de rendimentos e impede deduções que não estejam previstas em lei.

Elementos adicionais de vulnerabilidade

A análise da situação social não se esgota em uma operação matemática. A LOAS admite a consideração de outros elementos probatórios da condição de vulnerabilidade e prevê disciplina para eventual ampliação do limite de renda em situações legalmente definidas. Entre os elementos considerados pela legislação estão o grau da deficiência, a dependência de terceiros para atividades básicas da vida diária e o comprometimento do orçamento

familiar com determinados gastos indispensáveis relacionados à saúde e à manutenção da vida que não sejam fornecidos gratuitamente pelas políticas públicas competentes.

Essa previsão demonstra que a pobreza e a vulnerabilidade possuem dimensão concreta. Duas famílias com renda nominal semelhante podem apresentar condições materiais muito diferentes quando uma delas suporta despesas contínuas indispensáveis, dependência intensa de cuidados ou barreiras que restringem profundamente a autonomia de um de seus membros.

CADASTRO, REQUERIMENTO, MANUTENÇÃO, REVISÃO E CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO

► Cadastro Único, CPF e identificação do requerente

A concessão e a manutenção do BPC dependem do atendimento de requisitos cadastrais. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas — CPF — e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal — CadÚnico — integra a disciplina administrativa do benefício. As informações do grupo familiar devem permanecer atualizadas dentro do prazo regulamentar, atualmente fixado em até 24 meses, sem prejuízo de atualização anterior sempre que ocorrer alteração relevante na composição, endereço, renda ou demais dados familiares.

O CadÚnico funciona como instrumento de identificação e caracterização socioeconômica. Suas informações são utilizadas no processo de análise e podem ser confrontadas com bases oficiais. A atualização cadastral não equivale, isoladamente, à concessão do BPC: ela é requisito necessário, mas o reconhecimento do direito depende do preenchimento do conjunto de exigências legais.

A legislação passou a incorporar também requisitos de identificação biométrica para concessão, manutenção e renovação de benefícios da seguridade social, com regras próprias de implementação e hipóteses excepcionais relacionadas à impossibilidade de realização do procedimento. No BPC, a identificação do requerente ou, quando cabível, de seu responsável legal deve observar a disciplina vigente.

► Requerimento e atuação administrativa

O requerimento do BPC é processado administrativamente pelo INSS. A análise inclui identificação do requerente, verificação cadastral, exame da composição familiar, apuração de renda e, no caso de pessoa com deficiência, avaliação correspondente.

É importante distinguir as funções dos órgãos que participam da rede:

- **Assistência social municipal:** realiza atendimento socioassistencial e atua no cadastramento e atualização do CadÚnico por meio das estruturas competentes.

- **INSS:** operacionaliza o reconhecimento do direito, a manutenção, a revisão e o pagamento do BPC.

- **Rede socioassistencial:** acompanha famílias e indivíduos conforme necessidades, vulnerabilidades e serviços ofertados no território.

O Centro de Referência de Assistência Social — CRAS — possui papel relevante de orientação e acesso à rede socioassistencial, mas não concede o BPC. Da mesma forma, a inscrição no CadÚnico não constitui decisão sobre o benefício.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

